

## A REINVENÇÃO DO EU ATRAVÉS DO DISCURSO: NARRATIVA, ESTIGMA E ANONIMATO NAS FAMÍLIAS ANÔNIMAS\*

Catarina Oliveira Fróis

### Introdução

O caso que irei analisar neste texto exemplifica de que modo práticas discursivas se interligam com processos identitários e com uma permanente reinvenção da pessoa. Por ter como objeto empírico a associação Famílias Anônimas, procuro analisar três aspectos distintos relacionados entre si pela abordagem terapêutica preconizada por esses grupos: a) *o uso da narrativa oral* e a troca de experiências comuns como forma de aquisição de novos significados e novas maneiras de atuação em relação ao problema que leva os membros a procurarem esta associação; b) *o conflito entre o discurso e a prática*, considerando sobretudo a dicotomia "Eu, membro de Famílias Anônimas" e "Eu, pai/mãe de um toxicodependente" e c) *o recurso ao anonimato* que, constituindo-se como regra da associação, é o elemento que permite a gestão do estigma e da informação pessoal que cada membro dá de si próprio.

Como parte de um *work in progress*, o material empírico que irá ser tratado foi recolhido nos períodos de 2002 e 2003 e posteriormente retomado em 2004 e 2005, na área da Grande Lisboa, Portugal. Foram acompanhados dois grupos distintos e freqüentadas duas reuniões semanais de cada um, quando foram recolhidos dados através de observação participante, entrevistas e ainda um inquérito realizado com aproximadamente 40 desses membros. Concentro-me apenas na associação Famílias Anônimas, chamando a atenção para o fato desta associação (e outras de designação "anônimos" — como os *Narcóticos Anônimos* ou os *Jogadores Anônimos*, para referir algumas das que existem em Portugal) ter adotado o modelo inicialmente utilizado pelos *Alcoólicos Anônimos*, associação que surgiu em 1935, nos Estados Unidos da América<sup>1</sup> e que, tal como o seu nome indica, é dirigida a pessoas dependentes de álcool.<sup>2</sup>

## As famílias anônimas

As Famílias Anônimas definem-se como Irmandade ou Associação direcionada para familiares de pessoas com problemas de adicção<sup>3</sup>, ou seja, pais, mães, cônjuges de pessoas que consomem substâncias psicoativas e que delas são dependentes. Existem em Portugal desde os finais dos anos 80, tendo tido o seu início em Lisboa e mantendo atualmente 72 grupos espalhados por todo o país, ao que corresponde realizar um encontro semanal dos seus membros em formato de reunião.

A base da ideologia desta associação assenta nos *12 Passos* e nas *12 Tradições*, representando os 12 Passos as etapas pelas quais um indivíduo consegue gradualmente libertar-se da obsessão em relação ao seu familiar e reaprender uma nova forma de vida perante si próprio e quem o rodeia. As 12 Tradições representam o modo como os membros de Famílias Anônimas devem orientar-se enquanto grupo pertencente a uma associação mais vasta, mantendo assim a sua unidade. Esta associação é composta exclusivamente por pessoas que têm em comum a mesma situação, estando ausentes quaisquer profissionais da área (por exemplo, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais) que ali estejam em desempenho dessas funções. A designação grupos de “auto-ajuda” ou “ajuda mútua” (Kurtz 1997) prende-se precisamente ao fato de nas associações de 12 Passos se defender que, apesar da adicção ser considerada uma doença — terminologia conotada com uma categoria médica — entende-se que só mediante o apoio entre pessoas na mesma condição é possível encontrar uma situação de reciprocidade no nível das experiências vividas e no entendimento do problema experienciado.

Ao longo do trabalho de campo, constatei que os participantes de Famílias Anônimas na zona da Grande Lisboa eram sobretudo mulheres<sup>4</sup> com idades compreendidas entre os 45 e os 60 anos, na sua maior parte mães de toxicod dependentes em consumo no ativo<sup>5</sup> ou que já estavam na altura em processo de recuperação.

A chegada a um grupo e a uma reunião específica é pautada pelo conflito interior e pela desconfiança diante do desconhecido, uma vez que conhecem a associação, na maior parte dos casos, por *alguém que sabe de alguém* que tem um problema semelhante e que vai “àquelas reuniões”. A reação inicial da maior parte daqueles que ali vão é a de que estão perante uma seita<sup>6</sup> religiosa que promete uma cura qualquer para os seus filhos. Esta atitude prende-se sobretudo ao fato de que é freqüente que os locais utilizados para realizar os encontros dos membros sejam igrejas ou centros paroquiais, o que sucede, segundo os membros, não por motivos religiosos, mas sim porque são entidades que facilmente disponibilizam instalações para

o efeito. Apesar dessa primeira impressão, considerando o desespero que sentem — e também por muitas vezes já terem tentado várias alternativas, como o internamento do familiar em instituições médicas e psiquiátricas — insistem em ficar, como ilustra a afirmação de Maria Ermelinda (65 anos), na altura membro de Famílias Anônimas há sete anos e mãe de dois filhos em consumo de drogas:

Eu já tinha feito tanta coisa e nada tinha resultado, que para mim era só ir a mais um lado. Fui com uma certa esperança, pensava que ia lá buscar qualquer coisa para curar. Falavam uma linguagem que eu entendia. Ouvi lá pessoas falarem de um problema igual ao meu e a gente, quando está assim, está muito só, pensa-se que somos únicas, que não há mais ninguém.

### **A “reunião”**

Explicarei em seguida de que forma se desenrola uma “reunião”, nome que os membros dão a um encontro organizado por um grupo desta associação. À chegada dos membros a um local e a uma hora já pré-definidos (cada grupo reúne-se sempre nas mesmas instalações, com o mesmo horário, exceto quando é anunciada alguma alteração pontual), a sala que vão ocupar é transformada em local de reunião. São colocados cartazes nas paredes com lemas da associação, por exemplo, o *Só por Hoje*, que remete para o conceito de ser um programa em que se pensa apenas no dia em que se está a viver, sem ter preocupações relativamente ao que vai acontecer no dia seguinte ou em um futuro próximo; ou um cartaz com a *Oração da Serenidade*<sup>7</sup>, à qual os membros se referem como uma oração que proporciona conforto espiritual e indica um modo de encarar os problemas. Outro tipo de literatura específica da organização é ainda colocada em cima das mesas. Estão ao dispor dos membros brochuras e livros considerados como auxiliares na compreensão e na divulgação desta filosofia: *Onde encontrar Famílias Anônimas*, folheto com uma lista das reuniões em Portugal, ou o folheto *Informação para o Recém-Chegado*, com uma mensagem dirigida especificamente àqueles que tomam contato com esta associação pela primeira vez.

De uma sala vazia e com numerosas finalidades, cria-se assim um ambiente que convida à troca de experiências entre os seus participantes. Após os preparativos iniciais, todos os presentes sentam-se em cadeiras à volta de uma mesa (ou ainda noutras disposições, dependendo da forma como se apresenta a sala). O coordenador começa a reunião com algumas leituras e convida um dos membros a fazer uma exposição com base na sua

experiência pessoal relativa à toxicodependência/alcoolismo do seu familiar. Durante os 90 minutos que cada reunião dura, os presentes são incitados a participar, cada um na sua vez, e é pedido que não o façam durante mais de 3 minutos para que todos possam ter oportunidade de falar. No final da reunião, a sala é arrumada tal como estava anteriormente, sem que haja qualquer sinal da passagem do grupo por ali.

Verifiquei que existe um padrão que é repetido pelos membros, quer seja na intervenção principal, que normalmente é mais longa do que as restantes, quer seja nas que se seguem. De fato, todos os membros se apresentam pelo seu primeiro nome e em seguida aludem ao porquê de ali estarem, ou seja, ao seu familiar. Por exemplo: "Sou a Anabela [51 anos], mãe de um adicto em recuperação há seis anos"; ou "Sou a Elvira [42 anos], mãe de um adicto que está em tratamento".<sup>8</sup> Na intervenção principal, as pessoas contam um pouco da sua história pessoal no que concerne ao uso de drogas e álcool do seu familiar e às suas atitudes em relação a essas situações. Em uma narrativa contínua, falam de como conheceram Famílias Anônimas, dos conhecimentos ali adquiridos e do modo como houve uma mudança nas suas vidas, quer em relação a este problema específico, quer na forma como utilizam, muitas vezes, esta aprendizagem noutras áreas das suas vidas: profissional, conjugal ou ainda nas relações com outros familiares. Transcrevo em seguida algumas notas do diário de campo sobre uma dessas intervenções principais:

A partilha principal foi feita pela Teresa<sup>9</sup> [57 anos], que frequenta Famílias Anônimas há doze anos, sendo um dos membros mais antigos deste grupo. A partilha teve como tópico o 1º Passo (impotência perante as drogas e o comportamento dos outros) e fez referência a sentimentos de culpa que existiam quanto ao uso de drogas da sua filha. Falou das tentativas não só de o esconder, mas de como se interrogava a si própria acerca de como é que tinha falhado na educação da filha que tivesse conduzido à sua posterior toxicodependência. Referiu também o sentimento de desespero e de isolamento em que se encontrava antes de chegar a Famílias Anônimas, uma vez que podendo falar desta situação a membros da família (nada a impedia), mantinha-se no silêncio por sentir vergonha e culpa, procurando resolver sozinha esta situação. Através de uma sua cunhada, Teresa tomou conhecimento da existência de reuniões de Famílias Anônimas, onde lhe foi explicado que ela não era culpada, que a filha tinha uma doença e "comecei a conseguir falar do assunto". A Teresa disse ainda considerar que o programa dos 12 Passos é também uma "filosofia de vida" que serve para todas as áreas da vida e não apenas para saber lidar com a adicção do familiar em causa: "é uma mudança de vida, mudança de atitudes, mudança de ver as outras pessoas...".

Quando há uma intervenção como a que descrevo acima, opera-se o início de uma transformação no modo como esta pessoa estava habituada a lidar com a sua situação junto de outros. Ao afirmar não ter que se esconder ou sentir vergonha, este convite a uma “partilha” dos seus problemas fá-la sentir-se não só aceite mas compreendida. O que aqui chamo de “partilha” é a denominação que os membros utilizam para se referirem às intervenções feitas em contexto de reunião — as suas ou as de outros membros — e que está imbuída de forte simbolismo neste contexto: partilhar refere-se ao ato de dar de si próprio aos outros, quer a sua experiência, quer a disponibilidade para ouvi-los. Mas refere-se também a um espírito de comunhão bem expresso no vocabulário utilizado pelos membros desta associação. Ao contarem a sua história ou ao ouvirem a de outros, os membros dizem sentir “gratidão”, “humildade” ou “serenidade”.

Durante uma intervenção principal, verifica-se que o modelo se repete em todas as reuniões, e mesmo aqueles que são recém-chegados rapidamente aprendem a construir a sua narrativa seguindo este formato.<sup>10</sup> Em primeiro lugar, os membros referem-se ao seu passado e ao modo como se encontravam antes de terem um contato efetivo com a associação onde estão: o desespero, os problemas em casa com a família, no local de trabalho, a falta de dinheiro. Em uma segunda fase desta exposição, o membro refere-se ao modo como teve conhecimento dessa associação e como foi o início da sua frequência: ouvir outras pessoas falarem abertamente sobre as suas vidas e sobre aquele problema em específico — que por norma é ocultado — a estranheza com o vocabulário próprio ou com a literatura da associação. Em uma terceira fase da narrativa, é feito o contrabalanço da primeira etapa, ou seja, na maior parte dos casos o membro considera ter havido um saldo positivo, sobretudo devido às transformações físicas, materiais e “espirituais” que percebe ter adquirido “graças a este programa”.

É importante levar-se em consideração que ser membro de Famílias Anônimas é todo um processo de aquisição de conhecimento, isto é, não é algo que saibam *a priori* de ali terem chegado. A percepção da organização e da estrutura de funcionamento de Famílias Anônimas e de como aprendem a expor os seus problemas é parte integrante dessa mesma experiência. O fato de ouvirem histórias semelhantes à sua, contadas pelos próprios, é uma forma de encorajamento a participar e até a possibilidade de se ter alguma esperança no futuro. Os relatos na primeira pessoa, em presença física, são primordiais no processo de integração nas Famílias Anônimas: é este o elemento fundamental que permite o cair da máscara, das aparências, o assumir o estigma, a culpa e a vergonha que sentem e que ocultam nas suas relações com indivíduos que não sofrem do mesmo problema.

## Narrativa e seu uso terapêutico

A primeira intervenção de um novo membro é feita de uma forma perturbada quando comparada com as dos que já freqüentam a associação há mais tempo. As pessoas não sabem por onde começar a contar a sua história, têm sempre tendência a considerar que o seu caso é pior do que todos os outros ali apresentados, falam apressadamente, misturam vários assuntos ao mesmo tempo, choram, emocionam-se, pedem desculpa por chorar, que não agüentam, que carregam culpa e vergonha e assumem-no pela primeira vez perante outros. Na maior parte dos casos, pedem ajuda para resolver o problema do seu filho/familiar, uma cura. Nesta fase, podemos considerar que tais pessoas, não sendo ainda *verdadeiros* membros, são-no já potencialmente. A partir do momento em que contam a sua história, os participantes sentem existir aquilo a que chamam de “identificação”<sup>11</sup> com os outros membros, pelo que essa pessoa é convidada a assistir a mais sessões para que venha a apre(e)nder a filosofia do grupo.

Assumir publicamente que se perdeu o controle da situação e pedir ajuda a outros para resolver o problema é, segundo os membros desta associação, uma parte importante para que se venha a ter uma integração plena, o que está estreitamente relacionado com o 1º Passo: “Admitimos que éramos impotentes perante a droga e perante a vida das outras pessoas e que as *nossas* vidas se tinham tornado ingovernáveis” (Famílias Anônimas 1991:3). Perda de controle da vida da pessoa, incapacidade perante um problema que não consegue resolver e o conflito consigo próprio e com as atitudes que começa a ter em função desta situação — a mentira, o encobrimento, o esconder-se dos outros motivado por sentimentos de culpa e de vergonha — passam a ser expostos.

Ao longo da freqüência a essas reuniões começa a existir uma alteração na forma como o sujeito se define a si próprio em relação não só ao seu passado e à sua atuação, mas também quanto ao presente, a quem é e a como se comporta com os outros. As próprias intervenções padronizadas ilustram de forma categórica esse processo de aprendizagem, interiorização e racionalização do que é tornar-se e ser um membro de Famílias Anônimas. Não sendo um projeto/processo óbvio ou que esteja explícito, existe um padrão nas exposições e nos comportamentos dos vários membros em grupo. Esse processo passa não só pelo uso de novos/velhos termos que expliquem as situações que essas pessoas vivenciam mas, de igual forma, pela maneira como os expõem, revivendo e recorrendo mentalmente a todo um passado que poderia ser considerado como o *antes* e o *depois* de terem conhecido o “programa” da organização. Ao falar de novos/velhos termos utilizados, refi-

ro-me ao uso de palavras ou expressões que neste contexto assumem outros significados e interpretações e que são, daí em diante, utilizados como lemas de vida e cuja importância é entendida por todos de igual forma.<sup>12</sup>

Só para dar alguns exemplos, considerem-se palavras como “medo” e “fé”. No dia-a-dia, quando se fala em “medo”, pode estar-se a referir a inúmeras situações: medo da morte, da dor física ou de se ficar desempregado. No contexto das Famílias Anônimas, quando alguém fala em medo, todos pensam, por exemplo, no receio que têm de uma possível recaída do seu familiar ou, pelo contrário, que encontre a morte antes da recuperação. Outros lemas são ainda importantes por atuarem como *slogans* que se constituem por si próprios como modelos de vida: “Primeiro as Primeiras coisas” ou “Mantém as coisas simples” alertam o indivíduo para a necessidade de fazer escolhas na sua vida, substituir o medo e a ansiedade pela calma e pelo discernimento.

A narrativa, entendida como o contar de uma história em que os elementos do grupo se constituem como atores-receptores, ou seja, como parte de um processo performativo em que é partilhado o entendimento comum de que todos fazem parte, é assumida como um dos principais elementos no processo terapêutico. O indivíduo encontra em si próprio, nas suas palavras, nas idéias da associação e no confronto com os outros o entendimento que lhe permite equacionar a si mesmo e à sua identidade a partir de uma nova perspectiva, a qual irá pautar a sua vida desde o momento em que toma contato com esses grupos e ali se insere.

Quando falo de processo terapêutico, é importante salientar que na realidade a maior parte dos membros refere-se a si próprios como “doentes” no momento em que chegaram a Famílias Anônimas. Estamos perante pessoas que, devido à situação de alcoolismo ou toxicod dependência dos seus familiares, se deixaram destruir física e emocionalmente, em um sentimento de co-dependência e de abandono da sua própria vontade e identidade pessoal. Consideram, assim, que à medida que vão assimilando este programa vão entrando em “recuperação”. Daí o fato de acharem que não existe uma cura para as dificuldades dos familiares, mas que é possível ao próprio membro libertar-se do sentimento de derrota que inicialmente sente, encarando esta aprendizagem como um modo de recuperar a sua auto-estima e o domínio da sua vida. Vejamos o que diz Maria (59 anos), membro de Famílias Anônimas há dez anos, salientando bem as questões do estigma, do encobrimento, da culpa:

Eu também achei que estava doente porque aquela maneira de funcionar, que só pensava no meu filho, não pensava nos outros filhos, que achava que tinha

que fazer tudo por ele, que achava normal encobrir as asneiras todas, as culpas, tudo; inclusive esconder da polícia que ele roubava. Aquilo era um ambiente de morte, eu só pensava quando me deitava: "Deus queira que eu não acorde amanhã e eu não esteja cá para o que vem a seguir".

### **"Faz o que eu digo, não faça o que eu faço". O conflito entre o discurso e a prática**

As interpretações que se podem fazer deste caso de estudo revelam-se mais complexas do que é possível observar em uma primeira análise. Estamos perante uma forte condição de ambigüidade, vivenciada sobretudo através de um dilema moral e pessoal em que os membros se encontram a partir do momento em que começa a haver uma integração plena na associação e a interiorização desta filosofia como "um novo modo de vida". Dizer "Eu mudei muito, tornei-me uma pessoa muito mais inteira"<sup>13</sup>; ou como falou a Teresa, "É um programa de vida: mudança de vida, mudança de atitudes, mudança de ver as outras pessoas..." revela que através deste programa os indivíduos adquiriram conceitos que lhes permitem equacionar de outro modo os problemas que estão a viver. Diz uma das informantes (Aurora, 36 anos, em Famílias Anônimas há dois anos), esposa de um indivíduo com problemas de adicção:

Eu acho que o programa tem fórmulas que fazem com que as pessoas virem as coisas na cabeça delas, reorganizem-se. A vida de uma mãe com um filho adicto deve ser um inferno, mas o que é fato é que todas elas quando lá chegam vêm com culpas, sabem que podiam ter feito melhor. Ao libertar as pessoas da culpa, conseguem encarar a vida com otimismo e conseguem ter forças para pôr em prática aquilo que o programa diz. O programa também diz para as pessoas viverem a própria vida, porque é a única solução que essas pessoas têm. Lá dentro, dizem: a solução [referindo-se a uma cura] não existe.

Nas Famílias Anônimas, o membro encontra em certos momentos o conflito ou o dilema de compreender de um outro modo os seus problemas e os seus sentimentos, ao mesmo tempo em que ainda não é capaz de conseguir agir em total conformidade com esta mesma aprendizagem. Um exemplo pode ser pensado quando se encontra nessas reuniões uma pessoa que ali chega pela primeira vez e está profundamente consternada. São freqüentes as crises de choro, o desabafo do desespero, a incapacidade perante fracassadas tentativas de controlar o comportamento destrutivo dos



familiares (filhos/ filhas, maridos, irmãs). Ao sentir essa angústia, as pessoas procuram ali uma cura. Ao invés, aquilo que encontram é algo que entra em claro conflito com o que até então pensavam: é-lhes pedido que relativizem a sua preocupação para com esses familiares ou, como disse um membro: “Eles que sigam a sua vida” e “o caminho que escolheram”. Estão perante uma situação em que é aconselhado a mãe/ pai/ cônjuge — ao contrário do que é normalmente considerado, à luz dos valores morais dominantes, um comportamento adequado — que deixem de se preocupar exclusivamente com o seu familiar. É sugerido: “saia de casa”, “vá ao cabeleireiro”, “saia com as amigas”, enfim, que continuem as suas vidas sem se deixarem arrastar pela toxicodependência que a/o rodeia.

À medida que vai havendo uma maior integração no grupo e uma interiorização do modelo das Famílias Anônimas, existe também a prática acompanhando o discurso. É a partir do momento em que os membros reconhecem, através do 1º Passo, a impotência perante os seus familiares, que se encontram preparados para a mudança. Diz um informante — que já frequenta a associação há nove anos — relativamente à mudança que se operou nele quanto ao comportamento que adotou para com o filho, na altura toxicodependente “no ativo”:

Fez-me começar a ter uma outra atitude em relação a ele, deixar de lhe dar dinheiro e essas coisas. Houve um dia em que ele levou a chave, e não tinha autorização para ter chave, e nesse dia tivemos de mudar a fechadura; ele só entrava aqui se realmente quisesse ir tratar-se. E mesmo assim, ele viveu na rua uma série de tempo, nem no dia dos meus anos veio cá, o que me deu um grande desgosto (Zacarias, 58 anos).

O que diz Zacarias está em concordância com o que refere João de Pina Cabral acerca da estrutura de poder dentro da casa e, no caso que vimos acima, de uma família nuclear na qual se procurou impor determinadas regras:

Uma casa tem uma estrutura de poder — é uma forma de vida, porque é uma vida onde não vale tudo, onde certas coisas se devem fazer e outras não se devem fazer, onde uns falam mais e ouve-se mais o que dizem do que outros, onde os silêncios de uns dizem muito mais do que as palavras de outros (Pina Cabral 2007, no prelo).

Um outro exemplo no qual são equacionadas essas dicotomias é vivido por um casal (um dos poucos casos observados em que o casal ia em con-

junto às reuniões), uma vez que é marcado pelo conflito permanente em que viviam em virtude de um dos seus filhos (na altura toxicodependente “no ativo”) ser causa de sofrimento permanente e alvo de tentativas várias de mudança de atitudes em relação a ele. Esta família, de origem espanhola e a residir em Portugal há cerca de dois anos, mudou de residência sobretudo por duas razões: a oferta de um novo emprego ao marido (aqui o informante) e a toxicodependência de um dos três filhos, que estava a atingir uma situação que afetava toda a família. Perante tentativas de suicídio do filho, este casal optou pela mudança de ambiente como uma forma de conseguir ajudá-lo a deixar o consumo de drogas.

O conflito entre os ensinamentos das Famílias Anônimas e os seus sentimentos e a consciência dos seus deveres enquanto pais, imbuídos de valores sociais e morais dominantes, era visível. Ameaçavam expulsar de casa o filho, argumentando que prejudicava os irmãos; puseram-lhe a cama na sala de estar da sua casa, de maneira a que não tivesse acesso a outras divisões, senão a casa-de-banho e a cozinha; eram freqüentes as crises de choro pelas tentativas frustradas de impor regras de boa convivência, aliadas a não dar dinheiro e a não deixar nada que pudesse ser vendido ao alcance do seu filho. Até que chegaram a uma situação em que impediram a sua entrada em casa, tendo arranjado forma de o rapaz ir trabalhar em outra cidade, em um restaurante de um amigo da família a quem foi explicada a situação. Entre o tentar ajudar e o “deixar ir” (como os próprios dizem) passaram-se anos de sucessivas mudanças de atitudes marcadas pelo conflito entre o que era “certo” fazer (segundo Famílias Anônimas) e aquilo que sentiam “dever” fazer enquanto pais.

Apresento mais um caso em que este dilema é notório e que foi relatado em uma reunião durante a intervenção de uma senhora que freqüentava Famílias Anônimas há um ano e cujo filho vivia na rua, mas que ela via todos os dias, uma vez que o rapaz mendigava à porta da casa da mãe. O grande conflito desta senhora era que depois de o ter expulsado de casa e deixado de lhe dar dinheiro continuava, no entanto, a pagar-lhe algumas refeições.<sup>14</sup> No seu entender, esta atitude era contra os ensinamentos das Famílias Anônimas, que defendem que todas as facilidades concedidas aos familiares adictos devem ser cortadas de maneira a que estes passem por um processo de abstinência e provação e, assim, peçam ajuda o quanto antes. Porém, esta senhora reconhecia: “O que me apetece é trazê-lo para casa, apaparicá-lo, dar-lhe tudo o que ele quiser” (Laurinda, 38 anos, durante uma reunião).

O fato de se abandonar o familiar à sua sorte não representa negligência, mas sim aquilo que nesta associação se considera como “dar a verdadeira ajuda”, ou seja, responsabilizar o toxicodependente pela sua própria conduta

e deixar de sentir que se é culpado e responsável pela mesma, como ilustra a afirmação de Manuela<sup>15</sup>:

Enquanto eu não percebi que eu não tinha que tratar dele... Eu tinha era que o largar e largar não era "Desaparece da minha vida, eu já não gosto de ti". Era: "Enquanto tu estiveres com esse tipo de comportamento, eu não aturo. Eu gosto imenso de ti, mas não gosto desse tipo de comportamentos. E eu tenho que te deixar fazer as coisas erradas para tu depois te levatares". Isto é uma coisa horrível. Uma mãe que sabe que o filho vai-se matar aos bocadinhos debaixo dos nossos olhos...

Quando se segue de perto a socióloga Janet Finch (1989), verifica-se como está presente na família, por um lado, a noção de altruísmo, gratuidade, dádiva e entrega e, por outro lado, como existe também uma noção de obrigação, de dever, de responsabilidade para com os nossos parentes, ou seja, há uma moral social que perpassa os limites do familiar e do privado — um pensamento dominante partilhado pela sociedade, que torna o modo com que se atua no seio da família um processo espontâneo, baseado em afetos, memórias e expressividade mas que é, no mesmo sentido, condicionado (no que diz respeito a determinado, exigido) e solicitado por outros com quem se tem, ou não, laços de parentesco. A autora equaciona aquilo a que chama "o conceito de moralidade pública" (Finch 1989:139), isto é, o que se deve fazer dentro da família, a quem, de que forma, considerando especificamente a relação dos indivíduos com os seus descendentes, e de que modo a conduta adotada é pré-determinada pelo exterior, pelo julgamento público da sociedade em que estamos inseridos.

"Eu, pai/mãe" e "Eu, membro de Famílias Anônimas" — o conflito reside de igual forma naquilo que se diz dentro e fora das reuniões: seja a pessoa que é mãe/pai de outrem a quem tem o dever de ajudar, sustentar, proporcionar um lar, seja o membro de Famílias Anônimas, que aprende a cuidar de si própria(o), a "largar o(a) seu filho(a)", que fora do grupo (isto é, socialmente) é um "marginal", mas dentro do grupo é um "doente". Esta diferenciação é importante na medida em que permite ao membro de Famílias Anônimas livrar-se da culpa, da vergonha e do estigma que sente em relação a si próprio. O fato de se saber que o familiar tem uma doença que desencadeia todo um comportamento autodestrutivo funciona como um catalisador para o entendimento que se tem de toda a situação, isto é, por ser o familiar um doente e não um marginal ou uma pessoa malformada e com maus instintos, o membro de Famílias Anônimas tem assim uma oportunidade de se livrar do peso da responsabilidade que a si próprio imputa perante uma situação destas.<sup>16</sup>

## **As aparências enganam: anonimato e estigma — o dito e o interdito**

*É uma doença que se esconde. A base deste programa é o anonimato, é o suporte dos grupos. É tão evidente e tão fundamental.*

(Valentim, 65 anos, em Famílias Anônimas há 13 anos)

O anonimato assume uma importância fundamental para compreendermos a pertinência desse processo na sua totalidade, uma vez que sendo uma das regras da associação, constitui-se uma necessidade sentida pelos membros devido ao estigma<sup>17</sup> que enfrentam em face dos problemas que ali são tratados. Entre o que se diz e o que se faz, temos a permanente gestão da informação que os sujeitos dão de si próprios neste contexto. Não tendo dentro do grupo a obrigação de dizerem quem são em nível profissional, a sua residência ou outros elementos legais, os membros consideram estar em uma situação em que apenas os motivos que os levam ali são pertinentes, e é este um dos fatores de união, comunhão e sentimento de pertença. Não vejo aqui o anonimato apenas como ausência do nome, mas um plano mais abrangente em relação a formas de identificação dos indivíduos em sociedade.<sup>18</sup> Funciona ainda como um modo de assegurar a igualdade entre os membros no que se refere a símbolos de estatuto e diferenciação social, como o grau de escolaridade ou os rendimentos auferidos. Se no dia-a-dia as pessoas escolhem as suas relações preferenciais com base neste tipo de elementos, através da regra do anonimato e de não terem que revelar de si próprios nada mais além do fato de terem um familiar com um problema de toxicodependência, isso facilita que não haja discriminação entre os membros e que estejam “entre iguais”: lado a lado temos empregadas domésticas, professores, advogados, pessoas dos mais diversos estratos socioeconômicos.

No seguimento da análise que venho fazendo, esta questão é importante na medida em que se compreende como o anonimato veicula neste grupo duas idéias fundamentais subjacentes: a) o que (não) se diz; b) a quem se (não) diz, ou seja, a possibilidade de escolha daquilo que dizemos aos outros sem comprometer a relação em si mesma. A importância do anonimato revela-se ainda, por exemplo, na escolha do local da reunião a que se vai: não foram raros os casos observados em que as pessoas freqüentavam determinado grupo por ser distante da sua casa ou do local de trabalho. Usavam o argumento de que ali haveria menos probabilidades de encontrar pessoas conhecidas, existindo ainda uma preocupação com o estatuto que têm na sociedade, perante os colegas de trabalho, amigos e familiares.

Como nos diz Virgílio — 60 anos de idade e membro de Famílias Anônimas há quinze anos, com dois filhos toxicodependentes, um no ativo e outro em abstinência — a propósito do local de reunião onde vai:

A sala de... é muito boa porque ali entram drogados [Narcóticos Anônimos], entram bêbedos [Alcoólicos Anônimos], entra tudo, porque há muitas reuniões ali, os grupos uns vão para um lado, outros vão para o outro; não se sabe o que é que aquela gente ali vai fazer. Na nossa reunião, às vezes ao mesmo tempo [no mesmo local] está lá o grupo folclórico, está lá tudo.

O que este membro realça é precisamente o fato desse espaço em concreto — e que era uma das instalações de um centro paroquial da área da Grande Lisboa — ser já por si totalmente inócuo, no sentido de que fazia parte das instalações comunitárias da igreja daquela freguesia, e não um local que fosse imediatamente conotado com a finalidade que ali juntava as pessoas. De fato, observei que nesse espaço existiam encontros de membros das Famílias Anônimas, Narcóticos Anônimos, Alcoólicos Anônimos, um ATL (Atividades de Tempos Livres) para crianças e jovens, ensaios do grupo folclórico e do coral, para além de ser uma área de encontro dos fiéis para atividades mais diretamente relacionadas com a igreja. Esta polivalência do local tornava possível a realização de diferentes atividades e, em simultâneo, diversas interpretações por parte daquele que está no exterior e que não sabe o que está na realidade a acontecer.

Por outro lado, dentro de uma reunião, os membros referem-se a si próprios como pais de adictos, tendo consciente o cartaz que diz: “Quem viu aqui, aquilo que ouviu aqui, quando sair daqui, deixe que fique aqui”. É o anonimato como proteção do sujeito ali presente, que não divulga para fora o que se passou nem as pessoas que estavam presentes. Fora de uma reunião, os membros assumem os outros papéis sociais da sua vida.

Trata-se, para além de uma forma de gestão da informação que cada um dá de si mesmo (quer para dentro, quer para fora do grupo), de um outro modo de apresentação do eu (Goffman 1993) em sociedade e de como nos comunicamos uns com os outros. É importante explicar que o anonimato, neste caso, não está apenas relacionado com o membro de Famílias Anônimas: é também usado como proteção ao familiar que o leva ali. Desta maneira, se dentro do grupo tal condição serve como uma forma de concentrar as relações entre os membros a partir do problema que os une, fora das reuniões o não dizer que se é freqüentador — e, portanto, o não se assumir como membro de Famílias Anônimas — impede que o seu familiar seja conotado com a toxicodependência, estando assim salvaguardado de juízos de valor

pejorativos ou de ações condenatórias por parte de terceiros. Se a maior parte dos membros identifica a pessoa que tem o problema através da referência direta a filho/filha/marido, verificou-se também que outros, ao quererem preservar esse anonimato, referem apenas um "familiar", defendendo que "familiar pode ser qualquer um".

Diz um informante a propósito da necessidade de omitir o problema do seu filho e, conseqüentemente, a sua pertença a Famílias Anônimas<sup>19</sup>:

Uma coisa é mentir sobre a verdade, outra coisa é omitir. A mentira, eu sou contra a mentira, porque não acresce nada às pessoas. Agora, a omissão é um instrumento de defesa. Eu posso omitir alguma coisa de ti e isso não prejudica nada, não afeta ninguém. Nesse aspecto, o anonimato, a omissão, não afeta nada. O conhecimento dos fatos é muito mais pesado. Se as pessoas souberem, por exemplo, no meu trabalho, do problema do meu filho, isso pode ser usado contra minha vontade ou, alheio à minha vontade; assim, não sabem, por isso não usam esse argumento (Pedro, 42 anos, membro de Famílias Anônimas há quatro anos, com um filho toxicodependente no ativo).

Outro informante diz ainda acerca da importância do uso do anonimato como forma de proteção para o exterior:

Normalmente, quando uma pessoa é má mãe, a sociedade sabe que ela é má mãe e aponta-lhe o dedo. Se tu fores anônimo... quando há um pai que bate no filho, toda a gente sabe que aquele pai é um malandro que bate no filho, portanto, a sociedade condena-o logo à partida. Se tu tens um filho que é drogado, se tu não te expuseres a público, não corres o risco das pessoas dizerem: "Pois, ele é drogado porque tu, em vez de ires para casa dar atenção ao teu filho, andavas a coçar o rabo pelos cafés", percebes? Portanto o anonimato, na minha opinião, é importante para isso. Porque as pessoas ficam mais livres de culpas (Elvira, 40 anos, com uma filha toxicodependente em abstinência, membro de Famílias Anônimas há dois anos).

O dilema moral falado na seção anterior está presente também nesta (imposta) condição de anonimato e tem relação direta com o estigma: aquilo que se diz, quando e onde se diz é marcado por uma filosofia que implica necessariamente que para fora da associação não se diga que se pertence a ela. Assim, em uma situação-limite, se um membro está em conflito por ir contra os seus próprios sentimentos ao querer aplicar a filosofia de Famílias Anônimas, se se pensar em um caso em que o problema da adicção do familiar é conhecido por várias pessoas, mas não o conhecimento da ida

às reuniões, fica por (conseguir) explicar a adoção da conduta que se tem. Vale a pena ler o que diz o livro de reflexão das Famílias Anônimas — *Hoje um caminho melhor* — acerca disto:

Sempre que a minha irmã, que é adicta, está em plena crise e eu me viro para o meu programa das Famílias Anônimas, alguns amigos e membros da minha família, que não conhecem bem FA, acusam-me de ser cruel e fria e de abandonar a minha irmã. [...] É nestas alturas que eu mais preciso de telefonar a um amigo FA para arranjar forças. Preciso de alguém que me lembre que a melhor maneira de ajudar a minha irmã é muitas vezes não fazer nada, embora amigos e parentes bem-intencionados, mas mal-informados, que estão fora do programa, possam considerar esta minha atitude como desinteresse (Famílias Anônimas 1991:73).

Como fazer entender, sem “quebrar o anonimato”, que se aplica uma nova forma de estar, de viver e de resolver os problemas? “Quebrar o anonimato” significa que o indivíduo escolhe, em determinada situação da sua vida, expor-se como membro de Famílias Anônimas — assumindo a si próprio como pai/mãe/cônjuge de um toxicodependente/alcoólico, a toxicod dependência/alcoolismo do seu familiar — e, mais do que isso, sujeitar-se ao escrutínio daqueles a quem revela esta condição. No entanto, tal decisão é tomada apenas em casos especiais. Ao levar em conta o que diz Maria, “As pessoas que não passaram por isto não percebem nada do assunto, quem não sofreu isto na carne não sabe o que isto é”, é possível entender porque a maioria dos membros revela a sua pertença a Famílias Anônimas apenas quando está perante alguém que tem o mesmo problema e precisa de ajuda, e nunca em uma conversa de café ou com pessoas que não são, de alguma forma, mais íntimas.

## **Conclusão**

Volto agora ao início deste texto. Nas Famílias Anônimas, o principal veículo terapêutico é o discurso, o uso da narrativa como forma de exposição das situações vividas, da procura de explicações, de soluções; o modo encontrado para aliviar o estigma, a culpa. Este processo apresenta-se como conflituoso através do dilema pessoal, moral e social em que o indivíduo se coloca a partir do momento em que começa a adotar a conduta preconizada por esta associação. Perante o fato da impotência em face do seu familiar, é através do discurso que apre(e)nde uma nova forma de estar, de se libertar e de se

aliviar dos problemas que ali o levam. Não encontra uma "cura" para esses problemas nem uma "cura" para si mesmo. Por sentir, inicialmente, ser a causa das situações vividas, como se fosse o agente que lhes deu origem, e também alvo de condenação moral e social, encontra nas Famílias Anônimas (na organização, na filosofia, no discurso) uma forma nova e libertadora de entendimento de todos esses fatores.

No entanto, este caminho implica renúncia a convicções e a sentimentos desde sempre interiorizados e partilhados por toda uma sociedade. Se é através do discurso que se interioriza a filosofia da associação, é também desta forma que se racionaliza, que se reinventa e, a seu tempo, encontra uma nova forma de atuação para com os problemas individuais, relativos tanto a familiares como à sua vida pessoal. O membro das Famílias Anônimas depara-se nesta associação com as condições ideais para que tais transformações se operem. Libertado da culpa, da vergonha e do estigma e protegido pelo anonimato, ele vai gerir a informação pessoal que quer desvendar sem ter quaisquer imposições, senão a de se abster de comentar quem vê e o que foi dito nas reuniões. No entanto, reconhece que a vantagem do anonimato revela-se igualmente ambígua: ele é confortável no sentido de que não discrimina dentro do grupo, colocando todos em pé de igualdade, mas é constrangedor a partir do momento em que se é julgado social e moralmente à luz do desconhecimento da própria situação e das transformações que se operam. O estudo do anonimato, discutido e analisado no contexto das associações de 12 Passos, como as Famílias Anônimas, procurou introduzir formas de equacionar esta temática com questões privilegiadas da antropologia: o estudo da identidade, da narrativa como processo terapêutico, da reconfiguração na sociedade contemporânea e de como os indivíduos, através do recurso ao anonimato, gerem a forma como se apresentam ao(s) outro(s).

Recebido em 23 de março de 2006

Aprovado em 24 de janeiro de 2007

---

Catarina Oliveira Fróis é bolsista da FCT, Instituto de Ciências Sociais —  
Universidade de Lisboa. E-mail: <Catarina.frois@netcabo.pt>



## Notas

\* Uma versão deste texto foi apresentada em uma comunicação com o título "A (re)invenção do eu através do discurso: o anonimato nas Famílias Anônimas", no VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, Portugal, nos dias 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Agradeço a João de Pina Cabral e aos pareceristas anônimos os comentários a versões preliminares deste *paper*. Alguns elementos aqui usados são um desenvolvimento de Frois (2003/2004).

<sup>1</sup> Para conhecer em profundidade a história do surgimento dos Alcoólicos Anônimos, sugere-se a leitura da biografia do seu co-fundador (Bill W.), em Hartigan (2000).

<sup>2</sup> É longa a discussão médica e científica sobre o alcoolismo enquanto doença, que tipos de dependência podem existir, bem como os problemas que dela podem ou não derivar. Apesar de não se tratar aqui desse assunto em detalhe, remeto o leitor para a seguinte bibliografia: Jellinek (1960); Conrad & Schneider (1992); Valentim (2001); Edwards (1992).

<sup>3</sup> O termo "adicação" é usado aqui adotando-se a terminologia utilizada pelos membros desses grupos, referindo-se a uma doença de comportamentos obsessivos e compulsivos — neste caso, o consumo excessivo de drogas e álcool — que conduzem à autodestruição do indivíduo que dela sofre. Literatura específica sobre esta problemática pode ser encontrada, entre outros, em Davies (1997) e Valentim (1998).

<sup>4</sup> Não cabe aqui fazer uma análise da pertinência do papel de gênero na composição da associação em estudo, no entanto, remete-se o leitor para alguma literatura sobre gênero e família no contexto português: Lima (2004); Pina Cabral (2003); Wall (2005).

<sup>5</sup> Por consumo "no ativo", refiro-me a pessoas que estavam, no momento em que foi realizada a pesquisa, a consumir drogas diariamente.

<sup>6</sup> A designação de "seita" foi várias vezes utilizada pelos membros dessas associações dada a conotação com elementos e locais religiosos, e com a proliferação em Portugal daquilo que nas ciências sociais se denominou de *Novos Movimentos Religiosos* (cf., entre outros, Rodrigues & Ruuth 1999; Beckford 1986; Mafra 2002; Prat 1997).

<sup>7</sup> Oração da Serenidade: "Concedei-me, Senhor, Serenidade para aceitar as coisas que eu não posso modificar, Coragem para modificar aquelas que posso e Sabedoria para distinguir umas das outras" (cf. <http://www.prof2000.pt/users/secjes-te/famanopt/Pg010000.htm>).

<sup>8</sup> Estar em "tratamento" significa que o familiar desse membro está inserido em uma comunidade terapêutica de reabilitação do consumo de drogas ou de alcoolismo.

<sup>9</sup> Todos os nomes aqui apresentados são fictícios, respeitando-se assim o pedido de anonimato feito pelos membros.

<sup>10</sup> Vide o caso dos Alcoólicos Anônimos: Antze (2003); Cain (1991); Swora (2004); Greil & Rudy (1983); Rudy (1986).

<sup>11</sup> Nas palavras de um dos membros: "Ali nós somos todos iguais, não há julgamentos, eu entendo o que é que eles estão a dizer. Quando nós falamos dos nossos filhos, estamos todos iguais" (Elvira, 41 anos, em Famílias Anônimas há um ano, mãe de um rapaz que estava na altura em desintoxicação).

<sup>12</sup> Sobre a importância dos *slogans* nas associações de 12 Passos, vide, entre outros, Valverde & White-Mair (1999); Schiff & Bargal (2000).

<sup>13</sup> Amélia, 46 anos, em Famílias Anônimas há 3 anos, mãe de uma rapariga em abstinência de drogas há 1 ano.

<sup>14</sup> Através de uma espécie de "conta aberta" em um café ao pé de casa, de maneira que o rapaz pudesse alimentar-se sem ter acesso direto ao dinheiro. No entanto, conforme depois contou em uma reunião, veio a saber que o seu filho pedia grandes quantidades de sanduíches e que, em vez de os comer, vendia-os a outros consumidores de heroína, arranjan-do assim dinheiro para o seu próprio consumo.

<sup>15</sup> Com 63 anos, membro de Famílias Anônimas há doze anos, mãe de três filhos — dois rapazes e uma rapariga — um deles em abstinência de drogas há três anos.

<sup>16</sup> Não trato aqui de outras associações que seguem este modelo (vide Frois, 2005), no entanto, é importante referir que processo idêntico ocorre com os membros de *Narcóticos Anônimos* (neste caso, os sujeitos portadores do problema que os membros de Famílias Anônimas vivem), em que é feita esta mesma distinção entre marginal/toxicodependente e adicto. Segundo os membros de NA, a diferenciação reside no fato de que o toxicodependente é o indivíduo que consome drogas no ativo e que tem este comportamento como o seu principal problema. Mas, ainda na perspectiva dos membros, este toxicodependente pode ou não ser um "adicto", uma vez que é entendido que um adicto é alguém com problemas de sentimentos e emoções que se traduzem em comportamentos obsessivos e compulsivos e que encontra no uso de drogas o seu expoente máximo de autodestruição. Assim, consideram que um toxicodependente pode ou não ser um adicto. Tal como acontece nas Famílias Anônimas, o membro de Narcóticos Anônimos, que antes de entrar nesta associação considerava-se um marginal no sentido de haver algo errado com ele e com a sua forma de vida, recebe alguma esperança e alívio a partir do momento em que toma consciência do fato de ser um doente e, portanto, alguém que sofre de um problema a ele inerente.

<sup>17</sup> Segundo Erving Goffman, o estigma é a condição de ser diferente, havendo dois tipos de estigmatizados: o *desacreditado* e o *desacreditável*. O estigmatizado *desacreditado* é o portador de um estigma visível, reconhecível na primeira impressão

que se tem da pessoa e que, segundo este autor, condiciona imediatamente o modo como a interação se processa. O estigmatizado *desacreditável* é aquele que, sendo portador de um estigma, este não é imediatamente visível aos olhos dos outros, podendo ou não vir a ser revelado; se o for, nesse momento o estigmatizado passa de desacreditável a desacreditado (vide Goffman 1988:51-ss).

<sup>18</sup> Cf. Marx (1999). Especificamente sobre anonimato nas associações de 12 Passos, vide Frois (2005).

<sup>19</sup> Embora relativo a outro contexto — a relação médico-paciente — vale a pena ler o ensaio da antropóloga Sylvie Fainzang (2002), no qual a autora equaciona o papel da mentira e da omissão como elemento de uma relação de poder.

## Referências bibliográficas

- ANTZE, Paul. 2003 [1987]. "Symbolic action in alcoholics anonymous". In: M. Douglas (org.), *Constructive drinking*. London: Routledge. pp.149-181.
- BECKFORD, James (org.). 1986. *New religious movements and rapid social change*. London: Sage.
- CAIN, Carole. 1991. "Personal stories: identity acquisition and self-understanding in Alcoholics Anonymous". *Ethos*, 19(2):210-253.
- CONRAD, Peter & SCHNEIDER, Joseph. 1992. *Deviance and medicalization: from badness to sickness*. Philadelphia: Temple University Press.
- DAVIES, John B. 1997. *Drugspeak. The analysis of drug discourse*. Netherlands: Harwood Academic Publishers.
- EDWARDS, Griffith. 1992. "Problems and dependence: the history of two dimensions". In: E. Lader & Drummond (orgs.), *The nature of alcohol and drug related problems*. Oxford: Oxford University Press. pp.1-13.
- FAINZANG, Sylvie. 2002. "Lying, secrecy and power within the doctor-patient relationship". *Anthropology & Medicine*, 9(2):117-133.
- FAMÍLIAS ANÔNIMAS. 1991. *Hoje um caminho melhor*. Lisboa: Families Anonymous, Inc. Disponível em: <http://www.prof2000.pt/users/secjeste/famanopt/Pg010000.htm> (acessado em 05/06/06).
- FINCH, Janet. 1989. *Family obligations and social change*. Cambridge: Polity Press.
- FRÓIS, Catarina. 2003/2004. "(A)Negociação da identidade nos grupos de auto-ajuda: o caso das Famílias Anônimas". *Antropologia Portuguesa*, 20/21:37-57.
- \_\_\_\_\_. 2005. "O anonimato em contexto de grupo: as associações 'anônimas'". *Etnográfica*, IX(2):293-312.
- GOFFMAN, Erving. 1988 [1963]. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.
- \_\_\_\_\_. 1993 [1959]. *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio D'Água.
- GREIL, Arthur & RUDY, David 1983. "Conversion to the world view of Alcoholics Anonymous: a refinement of conversion theory". *Qualitative Sociology*, 6(1):5-28.
- HARTIGAN, Francis. 2000. *Bill W. A biography of AA cofounder Bill Wilson*. New York: St. Martin's Press.
- JELLINEK, Elvin Morton. 1960. *The disease concept of alcoholism*. New Haven: College and University Press.
- KURTZ, Linda F. 1997. *Self-help and support groups: a handbook for practitioners*. Thousand Oaks: Sage.
- LIMA, Antónia Pedroso. 2004. "Homens de negócios e gestoras familiares: complementaridades e assimetrias de género numa elite de Lisboa". In: R. Cova & Joaquim (orgs.), *Desafios da comparação. Família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta. pp. 291-319.
- MAFRA, Clara. 2002. *Na posse da palavra. Religião, conversão e liberdade pessoal em dois contextos nacionais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARX, Gary. 1999. "What's in a name? Some reflections on the sociology of anonymity". *The Information Society*, 15:99-112.
- PINA CABRAL, João de. 2003. *O homem na família. Cinco ensaios de antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- \_\_\_\_\_. 2007. "Aromas de Urze e de Lama'. Reflexões sobre o gesto etnográfico". *Etnográfica*, XI(1) (no prelo).
- RODRIGUES, Donizete & RUUTH, Anders. 1999. *Deus, o demônio e o homem. O fenómeno Igreja Universal do Reino de Deus*. Lisboa: Editora Colibri.
- RUDY, David. 1986. *Becoming alcoholic. Alcoholics anonymous and the reality of alcoholism*. Carbondale: Southern Illinois University Press.
- PRAT, Joan. 1997. *El estigma del extraño. Un ensayo antropológico sobre sectas religiosas*. Barcelona: Ariel.
- SCHIFF, Miriam & BARGAL, David. 2000. "Helping characteristics of self-help and support groups. Their contribution to participant's subjective well-being". *Small Group Research*, 31(3):275-304.
- SWORA, Maria G. 2004. "The rhetoric of transformation in the healing of alcoholism: the twelve steps of Alcoholics Anonymous". *Mental Health, Religion & Culture*, 7(3):187-209.
- VALENTIM, Artur. 1998. "Droga, dependência e sociedade: uma incursão (crítica) no campo do pensamento sobre as drogas". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 51:137-169.
- \_\_\_\_\_. 2001. "Droga, liminaridade social e utilização de Ersatzs". In: N. Torres & J. P. Ribeiro (orgs.), *A pedra e o charco. Sobre o conhecimento e intervenção nas drogas*. Almada: Íman. pp.139-158.
- VALVERDE, Mariana & WHITE-MAIR, Kimberley. 1999. "'One day at a time' and other slogans for everyday life: the ethical practices of alcoholics anonymous". *Sociology*, 33(2): 393-410.
- WALL, Karin (org.). 2005. *Famílias em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

## Resumo

Tendo como objeto empírico a associação Famílias Anônimas, neste ensaio procuro analisar três aspectos distintos relacionados entre si pela abordagem terapêutica preconizada por estes grupos: a) *o uso da narrativa oral* e a troca de experiências comuns como forma de aquisição de novos significados e novas formas de atuação em relação ao problema que leva os membros a procurarem tal associação; b) *o conflito entre o discurso e a prática*, considerando sobretudo a dicotomia “Eu, membro de Famílias Anônimas” e “Eu, pai/ mãe de um toxicodependente”; e c) *o recurso ao anonimato* como elemento que permite a gestão do estigma e da informação pessoal que cada membro dá de si próprio.

**Palavras-chave:** Anonimato, Narrativa, Estigma, Famílias Anônimas.

## Abstract

Taking the Families Anonymous association as its empirical object, this essay analyzes three distinct aspects inter-related by the therapeutic approach adopted by these groups: a) *the use of oral narrative and the exchange of shared experiences as a form of acquiring new meanings and new forms of responding to the problem that first led the family members to contact the association;* b) *the conflict between discourse and practice, focusing above all on the dichotomy between ‘I, member of Families Anonymous’ and ‘I, father/mother of a drug addict,’* and c) *the recourse to anonymity as an element that allows control of the stigma and personal information that each member gives about him or herself.*

**Key words:** Anonymity, Narrative, Stigma, Families Anonymous.